



Parecer nº 011/2022- CCI

PARECER CONTRATUAL DE CONTROLE INTERNO

ENTIDADE SOLICITANTE: CPL

FINALIDADE: Contrato Administrativo nº 008/2022-CMRP

ORIGEM: Inexigibilidade nº 002/2022-CMRP

DOS FATOS:

Ocorre que chegou a esta Coordenadoria de Controle Interno, no dia 28 de janeiro de 2022, para manifestação, quando ao Contrato Administrativo nº 008/2022, oriundo do procedimento inexigibilidade de licitatório nº 002/2022 – CMRP, encaminhado pela Comissão Permanente de Licitação, cujo objeto é a (o) contratação da empresa especializada Serviços Contábeis na Administração Pública, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Rondon do Pará.

Prazo de Vigência: contrato terá vigência a contar da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2022.

DA FUNDAMENTAÇÃO:

Lei Federal nº 8.666/1993

Inexigibilidade de Licitação nº 002/2022

Contrato Administrativo nº 008/2022

CONCLUSÃO:

Em conclusão ao encaminhamento do contrato administrativo nº 008/2022 – CMRP para análise, inicialmente, há de ressaltar que o presente contrato administrativo está em conformidade com a minuta contratual.

Sob o ponto de vista técnico, observa – se que tramite procedimental estabelecido no contrato administrativo, está em conformidade com a lei 8.666/93, (Licitação e Contrato da Administração Pública).

Observa – se que este contrato administrativo nº 008/2022, prevê necessariamente, todas cláusulas estabelecidas no artigo 55 da lei 8.666/93, como a descrição do objeto, o preço e as formula de pagamento, entre outros.

Face ao exposto, e, ainda considerando a legalidade, opino pela regularidade ao Contrato Administrativo nº 008/2022.



Reafirmo neste parecer nº 011/2022-CCI, que a conclusão do processo administrativo nº 008/ 2022, de origem inexigibilidade de licitação nº 002/2022, e de inteira responsabilidade da Comissão de licitação.

É imprescindível ressaltar que as informações acostadas aos autos são de inteira responsabilidade e veracidade da Câmara Municipal de Rondon do Pará, que tem competência técnica para tal, do Controle Interno, de acordo a Resolução nº 002/2005/CMRP/PA, a função da fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da administração pública municipal.

É nosso parecer salvo melhor entendimento.

Rondon do Pará (PA), 31 janeiro de 2022.

ROBERTO BARBOSA DA SILVA

Coordenador controle Interno

Portaria nº 005/2006.

EDCARLOS PEREIRA DA SILVA

Membro da Controle Interno

Portaria nº 027/2012